

A MARCHA PARA O AZUL

Alcir Lenharo(*)

“O Brasil entrou na posse de si mesmo”.

(Expressão de autor não identificado, que teria sido proferida por ocasião da assinatura da Constituição do Estado Novo)

ABSTRACT

The dictatorial policy of the Estado Novo made large use of the myth-lemma “Marcha para Oeste” as a factor of social mobilization for the conquest of the Brazilian hinterland. This was not a mere ideological ruse. Its mythical content was retrieved from cherished traditions of the nation's cultural imagery. It was employed in political terms of order to back up the colonization practice of the regime.

A escolha da Marcha para Oeste como tema deste artigo prende-se à importância que esta proclamação assumiu para o conjunto da vida nacional, acentuadamente no plano da pregação política levada a efeito pelo Estado Novo. Como matriz ideológica, a Marcha para Oeste marcou as diretrizes gerais da política de colonização do governo federal, e do modo como era assimilada e reafirmada pelas autoridades estaduais matogrossenses; foi utilizada como um significativo fator de mobilização de diferentes segmentos sociais, principalmente os de extração social mais baixa, para a execução de uma determinada política de povoamento e ocupação da terra.

Foi na saudação ao povo brasileiro, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia-noite de 31.12.37, que Vargas conclamou o povo brasileiro a aderir a uma nova cruzada:

“O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das

(*) Do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

estradas de terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial" (1).

Em 1940, num momento em que a Amazônia estava sendo visada por uma pregação semelhante, Vargas declarou publicamente ter incluído a Cruzada da Marcha para Oeste no programa do Estado Novo. Nessa oportunidade expôs a sua conhecida definição de imperialismo brasileiro:

"O Programa de 'Rumo ao Oeste' é o reatamento da Campanha dos Construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo!" (2).

Em ambos os discursos, Vargas condicionou a formação do que chama de brasilidade à necessidade de uma expansão e integração do oeste brasileiro. O povoamento e a ocupação desta parte do país promoveriam o aumento da produção agrícola e mineral, o que reverteria em favorecer o desempenho industrial do país, condição prioritária para a unidade econômica visada. Fazer coincidir fronteiras econômicas com as políticas significava então para o chefe do Estado Novo levantar uma bandeira ideológica de sustentação do próprio regime. Criar a nação unificada economicamente através da ocupação do oeste revertia-se, pois, na manutenção mesma do regime que a gerava. Significativamente, a idéia de nação era resgatada através da prática estadonovista. Nesse sentido, o Estado Novo atribui a si mesmo o papel de agente único da história nacional, bem como coloca em seus domínios a responsabilidade de gestação do que ainda não existia, ou, pelo menos, não se manifestara todavia maduro: o espírito da brasilidade.

Vê-se como o sentido da Marcha para Oeste podia ser trabalhado de modo a conseguir rendimentos políticos excepcionais. O jornal *O Estado de Mato Grosso* publicou um discurso de Vargas proferido em São Paulo, no qual podemos detectar manifestações do que se poderia denominar de uma Marcha Política. Em certa parte, lê-se:

-
- (1) "No limiar do ano de 1938", em Getúlio Vargas — *A Nova Política do Brasil*, volume V, O Estado Novo, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 124.
- (2) *Idem*, volume VI, 1940, p. 256.

“O processo das nossas instituições políticas assinala a marcha dessa determinação. Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial. Não temos mais problemas regionais; todos são nacionais e interessam ao Brasil inteiro. . . . O Estado Novo é o Estado Brasileiro, segundo as tradições brasileiras, orientando no sentido das nossas realidades” (3).

Deixando de lado possíveis ilações em que este trecho favorece, miramos para a afirmação: “Caminhamos para a unidade, marchamos para o Centro”. O discurso varguista mostra ser imperativo para os destinos políticos do Estado Novo uma nova ordem de sustentação que, por sua vez, não podia ser obtida sem as conquistas da marcha para o interior. O texto deixa mesmo perceber um atrelamento da capacidade da política marchar à custa do avanço ao oeste e da integração nacional. Sem conquistas territoriais não se chegaria à unidade. Sem ela, a política tropeçaria. Sem conquistas territoriais a Nação não se completa. Sua imagem apresenta-se como um corpo modelado, que se transforma em constante movimento de conquista.

Alguns autores têm preferido sublinhar o caráter mítico da Marcha, enquanto somente uma espécie de justificação e legitimação do autoritarismo estatal. Outros acentuam o caráter retórico da proclamação estadonovista, pouco propensa a medidas administrativas concretas, mais como substitutivo delas mesmas.

No tocante à primeira afirmação, é preciso contrapor com o caráter mobilizador da proposta, reforçada pelo teor mítico que não escondemos. Trata-se de um discurso de arregimentação e engajamento, muito significativo no instante em que o apreciamos como desmobilizador de outros discursos, ou, pelo menos, um fator ponderável de bloqueio e constrangimento. É importante também o perceber-se como essa matriz ideológica atua no interior do discurso estadonovista, permitindo uma reorientação do pensamento conservador e, até mesmo, de seu revivescimento.

A efetividade desse discurso pode também ser captada no nível das realizações consumadas. Não mais, é verdade, do que as condições objetivas do país o permitissem. Ocorre que as ofertas ideológicas propostas pela “Marcha” mexem com interesses definidos, atingindo num plano imediato a pessoas e grupos sociais envolvidos com investimentos. Tal empreitada colonizadora significava capital investido nos limites territoriais do Estado, valorização de imóveis, maiores possibilidades de especulação e ativação dos negócios.

(3) *O Estado de Mato Grosso*, 5/9/1939.

Do ponto de vista das autoridades estaduais, a Marcha significava o governo central arcar com os custos de aparelhamento e manutenção de redes e estações telegráficas e telefônicas, assim como incumbir-se da criação de recursos aeroviários e da melhoria dos meios de transporte terrestres e fluviais. Pelo menos é assim que a imprensa cuiabana vê o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a Bolívia e a abertura de um ramal na direção do Paraguai. A mesma imprensa saúda com esperança o crescimento da Estrada de Ferro Araraquense para as barrancas do rio Paraná, suficiente para alimentar o sonho da continuação de seus trilhos até Cuiabá.

Da mesma forma, a lei de colonização entronizada pelo Estado Novo previa a instalação de grandes colônias agrícolas no país, decorrendo as despesas de instalação dos colonos e a abertura de vias de acesso por conta do governo central. Em Mato Grosso surgiram os projetos das colônias de Dourados e São Lourenço. Cada colônia teria uma escola de aprendizado agrícola e seus proprietários protegidos pela assistência estatal.

De outro lado, com o avançar da segunda guerra, a borracha da Amazônia voltou a ser procurada, atiçando a cobiça e os interesses. Autoridades apressam-se em vaticinar um futuro definitivo para o Estado. “Nenhuma força mais conseguirá deter Mato Grosso”, é uma das manchetes vibrantes dos periódicos. Articulistas de *O Estado de Mato Grosso* projetam um complexo hidroviário para o escoamento da borracha, óleos vegetais e manganês pelo Norte. É lembrada a necessidade de abrir-se uma estrada de Cuiabá a Santarém.

Em 13 de julho de 1941, o mesmo jornal abre espaço para anunciar: “A ciência brasileira em marcha para o Oeste”. Tratava-se de uma missão científica organizada pelo Ministério da Agricultura para realizar estudos geológicos, paleontológicos e geográficos na Chapada dos Parecis, a fim de completar a carta geográfica do país e pesquisar sobre a existência de minérios preciosos no local. Posteriormente, a missão se encaminharia para outros pontos do Estado. A Marcha para Oeste cobria-se curiosamente de roupagem científica, agora.

Entretanto, nenhuma outra criação do Estado Novo aqueceu tanto o dístico da Marcha para Oeste quanto o aparecimento, em 1943, e o posterior desempenho da Fundação Brasil Central, obra do ex-tenente João Alberto. Ela encarna o espírito épico das bandeiras pelas suas iniciativas de penetração, desbravamento e colonização⁽⁴⁾. Sob o signo da política estadonovista, a Fundação Brasil Central apresenta-se com um vasto pro-

(4) “A Expedição Roncador-Xingu penetrou 280 quilômetros em território desconhecido — Núcleos de civilização urbana e rural no Oeste Brasileiro — No acampamento de Araés — A Fundação Brasil Central constrói estradas — Entrevista do Sr. Artur Hehl Neiva à imprensa de Goiáz” (*O Estado de Mato Grosso*, 3/12/44).

grama econômico-social. Foi justamente nesses últimos anos do Estado Novo que ela mais atuou e fez o país sentir-se marchando para o Oeste — sinal de identificação clara entre o regime e sua criação. Nos governos seguintes as verbas federais foram escasseando, bem como aumentaram as pressões de interesses particulares contra seus empreendimentos, entre os quais a instalação do Parque Nacional do Xingu, insistentemente bombardeado por companhias de terras e grandes proprietários.

Desde seu início, a Fundação Brasil Central objetivava desbravar e colonizar as regiões dos vales do Araguaia e do Xingu. Assim é que a expedição Roncador-Xingu, seu marco inaugural, avançou no sentido sudeste-norte, proveniente de Goiás, com o fito de, em dois anos, atingir Manaus⁽⁵⁾. A expedição apresentava-se como uma marcha forçada — um rolo compressor de progresso e civilização. Se consumada, vincaria o mapa do país de norte a sul, como uma nova linha demarcatória de Tordesilhas, agora não mais para dividir e separar; ao contrário, estaria criada uma faixa de civilização que selaria o conjunto da Nação através da inexorável anexação dos espaços vazios.

Na exposição de seu Secretário Geral, as novas áreas seriam conquistadas através de núcleos civilizatórios autônomos, meio urbanos, meio rurais, para servir como “nós de uma rede, cobrindo a imensa região do oeste”. Esses núcleos postariam-se como pontas de lança da colonização. Ao seu redor seria fomentada a agropecuária, de modo a estabelecer um intercâmbio com as regiões povoadas da retaguarda e servir de pé de apoio para a projeção das novas conquistas.

A dimensão social dos trabalhos da Fundação é sempre bastante enfatizada. Da abertura de estradas à instalação de colonos, a Fundação Brasil Central mostra-se preocupada com o contato e a integração das comunidades indígenas, com a instalação de pequenas escolas rurais e de pequenos hospitais, reforçando-se, através de suas iniciativas, a imagem de um Estado que civiliza e protege, empenhado na criação de um novo homem e de uma nova sociedade.

Fica fora de dúvida não ter havido um descompasso entre o realizado e o que se via necessário realizar. Essa constatação só faz por realçar a função ideológica desempenhada pela proclamação da Marcha para Oeste. O que faremos a seguir é o levantamento de sucessivas manifestações políticas e ideológicas, de modo a identificar como o lema estadonovista se enraizou e assumiu diferentes matizes de expressão.

A imprensa, por exemplo. O aparecimento do *Estado de Mato Grosso*, em 27/8/39, é auto-apresentado como obra da própria Marcha para Oeste, “uma brilhante consequência desse brado patriótico conclamando

(5) *Idem, Ibidem.*

a iniciativa patricia a olhar para diante, para as longínquas lindes de nosso vasto território...". O jornal apresenta-se como "soldado raso alistado na campanha fecunda e patriótica" da nova cruzada. "Rumo ao Oeste não é uma idéia nova", diz um dos seus redatores; "faltava-lhe apenas um governo que o interpretasse". Ao longo dos anos do Estado Novo o jornal tornou-se uma espécie de porta-voz privilegiado do regime. Várias de suas matérias de fundo são transcrições dos ideólogos do regime, dentre eles Azevedo Amaral.

Sem ignorar as notáveis resistências de quem não aderiu ao canto da sereia, é preciso notificar, entretanto, a penetração arrasadora dos postulados ideológicos básicos do Estado Novo nas hostes intelectuais. Valho-me da apresentação exemplar de dois textos curtos, assinados pelo pseudônimo de Ego Brás; um deles, de 1939, enviado ao interventor federal de Mato Grosso, e que servia de introdução a um trabalho datilografado e ilustrado, de circulação restrita, é intitulado "Expansão Brasil" (6). Ambos os pequenos textos-poema de Ego Brás constituem exemplos de manifestações de ufanismo patriótico, informado ideologicamente. Como sua assinatura sugere, Ego Brás, o autor está preocupado em assegurar uma integração única entre o seu eu e o coletivo do Brasil. Escudado em citação de Daladier ("Cada francês se revê na França") e em outra citação, desta vez do Congresso da Mística Fascista de Milão ("A vida do indivíduo identifica-se com a do país"), Ego Brás conclama para que se possa "identificar" o brasileiro com o Brasil, integrar o Brasil-homem no Brasil-terra; cumpre, em suma, fazer com que nos sintamos... "Eu... Brasil". E conclui com uma citação de Goethe: "O homem só pode sentir-se satisfeito e ditoso, quando consegue sentir-se a si mesmo no todo". Ao lado dos versos, em tipo de letra menor, lê-se: Trabalho: Fonte de Prazer e Belleza!"

O ufanismo de Ego Brás é patente na criação de um tautograma composto pelas letras EB, cujo desenho gráfico lembra sugestivamente a forma dos símbolos nazista e fascista. Trata-se da "Cruz EB da auto Exortação Brasileira", que, segundo o autor, devia servir de distintivo por todos os brasileiros. Ego Brás proclama-se criador de novo estilo, EB, evidentemente, que deveria ser disseminado e aplicado em portões, ladrilhos, soalhos, balaustres, lustres, tapetes, móveis e outros objetos. O estilo EB é aplicado em sucessivos e ilustrativos binômios armados pelas iniciais EB, como se segue: Estado Brasileiro, Educação Brasileira, Episcopado Brasileiro, Exército Brasileiro, Esporte Brasileiro, Escotismo Brasileiro, Eugenia Brasileira, Economia Brasileira, entre outros.

Ego Brás combina elementos da tradição nacionalista com inflexões típicas de mudança e modernização para, à sua maneira, participar da circulação do lema varguista da Marcha para Oeste: "Ao empunharmos

(6) Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Caixa 1940.

o Estandarte, a Espada e o Escudo Brasileiros, dos nossos dias à Epopéia Bandeirante, e induzindo-nos a fazer, com Energia e Engenho Brasileiros, tudo o melhor, ou mais perfeito possível pró Evolução Brasileira, pró Expansão Brasil”.

Mantendo o tom ufanista e de exaltação, mas sem os arroubo ideológicos de Ego Brás, os versos de Dom Aquino Correa, intitulados “A Marcha para Oeste”, levam consigo uma dedicatória: *Ao presidente da República Doutor Getúlio Vargas que proclamou a Marcha para Oeste*. O poema faz parte do livro Terra Natal, cuja 3.^a edição é comemorativa da Marcha para Oeste e da ereção do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados ⁽⁷⁾.

A civilização é como o Sol brilhante,
Que sai do berço em flor das rosas do levante,
E vai, sempre para o oeste, o zênite atingir:
A marcha para oeste é marcha para a altura,
É marcha para o azul, para onde mais fulgura
O progresso a irradiar na glória do porvir.

Bem haja, pois, a voz da República Nova,
Concitando a essa marcha, em que assim se renova
A avançada genial das velhas gerações,
Que recuaram a linha ideal de Tordesilhas,
Anexando ao Brasil, todas as maravilhas
Do eldorado, que são nossos verdes sertões!

Foi essa a marcha audaz das épicas bandeiras,
Que o nosso ínvio ocidente entraram, por primeiras,
(...)

Foi a marcha triunfal dos grandes diplomatas,
Capitães-Generais, que em nossas rudes matas,
Brilharam inda mais, que em cortes do ultramar;
(...)

Foi a marcha também dos novéis pioneiros,
A marcha de Rondon e dos seus companheiros,
Devassando a soidão dos broncos penetrais;
Marcha da nossa história, ela parte do oceano,
Para a hinterlândia imensa, o novo éden arcano,
Em que Deus requintou os seus dons aos mortais.

(...)

(7) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.

O poema utiliza-se de recursos caros ao imaginário estadonovista, tal como o movimento do litoral para o interior, iniciando pelas bandeiras, preparadoras do terreno para a ação presente dos pioneiros atuais. A alusão ao heroísmo dos capitães-generais do passado colonial aponta para uma familiaridade e interiorização da nova realidade. A lembrança de Rondon sublinha os traços mais dinâmicos da empreitada. Vargas não é citado nominalmente no poema. Em compensação, o Estado Novo é identificado como República Nova, cuja voz propicia a retomada do trabalho das velhas gerações. Já a Marcha para Oeste aparece realçada e associada a progresso e glória como um movimento derivado da tendência espontânea da civilização, permanentemente posta em marcha para outros rumos. O matiz especial é que o significado dessa marcha aparece compartilhado pela alusão metafórica a uma marcha para a vida eterna — Marcha para a altura, Marcha para o Azul.

O Eldorado matogrossense é associado à imagem de um novo Éden. É o espaço privilegiado da riqueza, do ouro e da esmeralda, dos verdes sertões, por onde os indígenas erram, por estarem à margem dos valores materiais dessa lendária região. A visão idílica do passado e da terra prende-se a uma percepção patriótica ingênua e ufanista, movendo-se dubiamente, e de maneira exultante, entre o espaço secular dos homens e o espaço do sagrado.

Pelo poema-texto de D. Aquino pode inferir-se como as correntes que fluem para o rio do imaginário autoritário não passam necessariamente pelas posturas políticas esclarecidas e opções teóricas fechadas.

Abro espaço, a seguir, para fazer conhecida a agremiação Cruzada Rumo ao Oeste, cuja cerimônia de instalação, em Cuiabá⁽⁸⁾, foi presidida pelo próprio Vargas. Segundo o orador da noite, tal agremiação não era nem oficial, nem tinha caráter político. Fora fundada em Goiânia, atendendo a apelos que o governo central fizera à juventude para que aderisse às reformas propostas pelo regime. Ainda segundo o orador, a Cruzada Rumo ao Oeste visava a uma “reforma espiritual”, “reforma da mentalidade brasileira”. “De primeiro” — acrescenta — “todas as preocupações de cada homem no Brasil estiveram sempre voltadas para as disputas das estreitas políticas partidárias e personalistas. Já agora a atenção e as preocupações se desviam para os nossos problemas sociais...”.

E pensar que a agremiação não se pensava com finalidades políticas... Talvez, com ela, a Marcha para Oeste ganhe a expressão mais clara de sua razão de ser enquanto uma formulação ideológica especial, mostrando exatamente seus tentáculos políticos, incapaz de camuflá-los. A Cruzada Rumo a Oeste posiciona-se contra a formação partidária an-

(8) Noticiada pelo *O Estado de Mato Grosso*, 14/8/41.

terior ao Estado Novo, prega uma cruzada de conscientização e firma posição programática:

“Fazer a aproximação das zonas coloniais com os centros metropolitanos do Brasil”.

Segundo o mesmo orador, tratava-se de uma “aproximação no sentido social, de distribuição de assistência, de conforto de vida”. Assim, a Marcha para Oeste ganha mais um rosto: é também uma marcha social e cultural, voltada para objetivos assistenciais e humanitários.

O seu “Manifesto para Fundação da Cruzada Rumo ao Oeste” retoma esses pontos expostos, especifica outros através de um traçado programático⁽⁹⁾. No enalço de “despertar a atenção e o entusiasmo da Nação para fazer reviver na era hoje a epopéia dos bandeirantes”, propõe, entre outros empreendimentos: promover a criação de sociedades comerciais, industriais, financeiras, cooperativas agrícolas; promover “bandeiras comerciais” — excursões de elementos das classes conservadoras e estrangeiros, de modo a atrair capitais para o Oeste; incrementar o turismo; promover “bandeiras artísticas” — excursões de artistas e “bandeiras culturais”, convidando escritores e sociólogos para conhecer a região, assim como “bandeiras juvenis” — excursões de alunos, além de promover “cruzadas juvenis” nos estabelecimentos de ensino; utilizar o cinema documentário para difundir o Oeste e integrar sua população num padrão mais elevado de cultura; promover a “drenagem do excesso de população dos grandes centros para o Oeste”. A par desse ambicioso programa de obras, o manifesto põe a descoberto uma preocupação fundamental: “Criar e fixar na consciência popular a concepção simbólica do Oeste como fundamento da Nação”. Maior clareza em seus propósitos é desnecessária. . .

Após o fim do Estado Novo, o lema da Marcha para Oeste permaneceu, mas sujeitando-se a um desgaste de conteúdo, já que deslocado do eixo ideológico matriz, articulado no regime. Vamos encontrá-lo ainda resistente no período desenvolvimentista de Juscelino, que encontrava reais

(9) Datado no Rio de Janeiro em janeiro de 1940 e assinado por Abelardo Coimbra Bueno. O documento apresenta-se em duas partes: a primeira consta de 6 tópicos em romanos: I — Finalidade — Trabalhar em prol da Marcha para Oeste; II — Nos setores econômico e comercial; III — No setor social; IV — No setor cultural e educativo; V — Caráter — Iniciativa privada, leiga e apolítica; VI — Forma — Sociedade Civil. O conjunto dos 6 tópicos especifica-se num total de 29 itens. A segunda parte do documento traça um “Programa dos Trabalhos”, subdividido em 3 fases: Organização, Lançamento e Evolução do Programa. A Cruzada Rumo ao Oeste apresenta endereços provisórios no Rio de Janeiro, em São Paulo, Penápolis (SP), Luiziana (SP), Goiânia, Campo Grande e Cuiabá (sob a atenção do Dr. Cassio Veiga de Sá). — CPDOC/FGV, Arquivo Osvaldo Aranha, Imigração e Colonização I.

dificuldades em encaixar um núcleo ideológico sacado do arcabouço estonovista, para inseri-lo num ideário de governo promovido pela experiência política pluripartidária, e aberto ao jogo livre das iniciativas particulares. “A Marcha para Oeste vai afinal concretizar-se”, afirmou Juscelino ao promover a doação de terras à Prefeitura de Aragarças. O então presidente tinha nas mãos o trunfo progressista de Brasília, como bem lembra *O Estado de Mato Grosso*⁽¹⁰⁾. Mas seu governo não se servia do lema como o Estado Novo o utilizara enquanto proposta de mobilização e credibilidade para o regime, bases necessárias de sua sustentação.

Através de um retrospecto do que foi até agora exposto, impressiona o modo como diferentes segmentos da população participaram e viveram as propostas autoritárias do Estado Novo, via a matriz ideológica da Marcha para Oeste. Não houve na verdade uma simples adesão ao conteúdo proposto. É que acreditamos não ter sido este conteúdo criado exatamente em 1937; ele, na verdade, parece ser originário de momentos anteriores, lentamente filtrado das contradições sociais vividas pela sociedade brasileira. Da mesma forma que a matriz ideológica oficializada não era igualmente deglutida e reproduzida por aqueles segmentos.

Dessa maneira, ficamos mais à vontade para explicar a geléia ideológica verificada principalmente no poema-texto de D. Aquino, que poderia ser ainda mais variada se tomássemos por base textos representativos dos historiadores matogrossenses contemporâneos. No caso de D. Aquino, “a Marcha para a Altura, para o Azul”, não precisava ser necessariamente confrontada por uma análise que percebesse a ideologia como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações. A informação religiosa corre por outros canais e, tão eficientemente como outros, participa e robustece o corpo ideológico do Estado Novo.

Antes já afirmara que as correntes que fluem para o rio do imaginário do autoritarismo não passam necessariamente pelas posturas políticas esclarecidas e opções teóricas fechadas.

(10) Edição de 6/1/57.